

Sindieletro vai ao BNDES para tentar impedir calote da AES

A direção do Sindieletro visitou no último dia 17, a sede do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), no Rio de Janeiro. No edifício localizado no centro carioca, os

representantes do sindicato levaram ao diretor social do banco, Elvino Gaspar, a defesa do pagamento integral da dívida da AES ou a posse definitiva das ações da Cemig pelo BNDES.

A direção do sindicato acredita que tanto para a popu-

lação quanto para os trabalhadores é melhor ter Governo Federal como acionista da Cemig do que o fechamento de um acordo em valores abaixo do que é devido. A posse das ações da Cemig pelo BNDES, como aconteceu nas negociações envolvendo a Light e Eletropaulo, também acabaria com a remessa de lucros para o exterior e com a interferência da AES na direção da Cemig.

Uma história de calotes

Para quitar a dívida que tem junto ao BNDES, a AES está propondo pagar R\$ 2 bilhões pelas ações dadas como garantia ao banco. Contudo, o valor estimado das ações é de R\$ 2,7 bilhões. Além do “desconto” de R\$ 700 milhões na dívida, a AES quer depositar o dinheiro em uma conta bloqueada. Assim o BNDES só terá

acesso ao dinheiro depois da liberação das ações da Cemig pela Justiça e posterior venda no mercado.

Em 1997 a Southern Electric Brasil Participações (SEBP), comandada pela AES comprou por R\$ 1 bilhão 33,3% das ações ordinárias da Cemig.

O grupo ficou de pagar 30% do valor em um ano e os outros 70% com empréstimo junto ao BNDES, dando como garantia as próprias ações que comprou. Desde o vencimento da primeira parcela, o grupo não fez nenhum pagamento ao banco, mas em 1998, recebeu o maior dividendo já repassado a um acionista na história da Cemig.

Apesar de devedor, com a política de enorme repasse de dividendos adotada por Eduardo Azeredo (PSDB) e aprofundada pelo governo Aécio Neves, nos últimos 4 anos o consórcio



recebeu R\$ 640 milhões de repasses a título de dividendos.

Em 2004 a direção do sindicato fez a denúncia no Ministério Público Federal, no Ministério das Minas Energia e no BNDES sobre a irregularidade e a imoralidade do repasse para uma empresa inadimplente. Em maio de 2005, o banco conseguiu na Justiça o bloqueio das ações dadas como garantia da dívida e a suspensão do repasse de dividendos.

AES quer desconto de R\$ 700 milhões para pagar dívida

Pelo acordo na Justiça, o prazo de quitação da dívida venceu em 30 de junho e a partir desta data, as ações da Cemig seriam repassadas ao banco. A intenção da AES era resgatar as ações antes disso, vendê-las, saldar a dívida com o banco e ainda ter uma margem de lucro estimada em R\$ 700 milhões.

No entanto, no dia 2 de julho uma liminar do Tribunal Regional Federal travou o acordo, por considerar que o MPF

não teve tempo suficiente para avaliar a operação bilionária. Não há previsão para retomar a negociação já que não há data prevista para audiência no TRF.

O jornal Valor Econômico avalia que a AES tentará pagar a dívida com os dividendos bloqueados na Justiça, estimados em R\$ 450 milhões, e empréstimo junto ao banco Credit Suiss.

O coordenador-geral do Sindieletro, Wilian Vagner, destaca que a AES, que na época

da compra das ações prometia trazer tecnologia e investimentos para a Cemig, na verdade só recebeu lucros da Companhia. “O grupo representa um capital totalmente especulativo e mais uma vez quer ganhar dinheiro fácil. Esperamos que o Ministério Público Federal impeça uma operação que seja ruim para o BNDES e que a direção do banco recuse o acordo como vem sendo proposto”, explica.

Marcelo Correia, diretor do Sindieletro, acha prejudicial a proposta da AES por destinar dinheiro público para aumentar o lucro do grupo americano. “As ações da Cemig hoje valem muito e se vendidas pagariam grande parte da dívida e ainda gerariam alto lucro para a AES”, diz. A direção do sindicato já enviou correspondência para autoridades federais defendendo o pagamento integral da dívida ou a posse das ações.



Grupo americano busca volta ao controle da Cemig

Além de abrir a Cemig ao capital privado, o ex-governador Azeredo transferiu o controle da estatal para o sócio minoritário, através do Acordo de Acionistas, felizmente derrubado judicialmente pelo ex-governador Itamar Franco e pela forte organização dos eletricitários, em 2000.

Para analistas econômicos, o acordo para retomar as ações seria apenas o primeiro passo dos americanos para expandir os lucros na Cemig. O passo seguinte seria a negociação com o gover-

no mineiro para retomar a gestão da Companhia e, em seguida, vender as ações valorizadas no mercado.

Os eletricitários se lembram dos tempos em que os acionistas interferiam na gestão da Cemig, de 1997 a 1999. “O trabalhador não tem saudade alguma desta época. A categoria teve os menores reajustes de salário e a empresa implantou o maior PDI de sua história, desfalcando o quadro de funcionários da Cemig”, recorda o diretor do Sindieletro, Marcelo Correia.

Congresso dos Eletricitários aposentados mostra a força dos trabalhadores após a aposentadoria

Foto: Benedito Maia

“Quem é rei nunca perde a majestade”. Se esse ditado for transportado para hoje, podemos dizer que “quem é trabalhador nunca perde o espírito de luta”. A prova disso foi a participação de 96 eletricitários no 1º Congresso dos Eletricitários Aposentados, realizado no último final de semana pelo Sindieleto. E quem foi não se arrependeu, nem mesmo se importou de perder a abertura do Pan.

O Congresso começou com uma oficina cultural que levou os participantes a rememorar sua trajetória profissional através de brincadeiras, desenhos e um bom bate papo. Na parte da tarde, o antropólogo e professor Carlos Rodrigues Brandão fez a palestra “A idade e a experiência de vida”, em que analisou a realidade mundial sobre diversos aspectos e lançou algumas provocações: esse mundo tem jeito? Ele pode ser diferente do que é? Vale a pena fazer alguma coisa para mudar a realidade? O que eu tenho a

ver com isso? Isso é problema da igreja, do sindicato? E com essas perguntas os aposentados foram assistir o filme “Elza e Fred” ou participar do churrasco, atividades simultâneas que encerraram o primeiro dia.

O sábado foi dedicado às oficinas sobre diversos temas: “Condições de Vida dos Aposentados no Brasil”, “Saúde e Qualidade de Vida”, “Economia Solidária e os Aposentados”, “História do Sindieleto” e “Envelhecimento Ativo”. No final do dia, os participantes traçaram a organização da Secretaria de Aposentados do Sindieleto, com a formulação de propostas, e fizeram a avaliação do Congresso.

Ana Lúcia França, de Ponte Nova, diz que essa foi uma oportunidade muito boa de rever os colegas e de adquirir novos conhecimentos. “Foi a minha primeira experiência desse tipo e achei maravilhoso. Fiz duas oficinas, a de Economia Solidária e uma outra sobre Con-

dição de Vida, que foram ótimas. O tempo foi um pouco curto para tanta coisa boa, se a gente pudesse participar de todas as oficinas seria melhor. O Congresso foi de muita qualidade e vai marcar uma nova era para o Sindieleto”, elogia Ana Lúcia.

Para Walter Firmino, o Congresso serviu como uma reciclagem. “Aumentou a nossa bagagem de conhecimentos, sobre aposentadoria, Forluz, INSS. Achei ótimo. Fora que encontrei amigos que não via há dez anos e fiz novos amigos. Foi bom demais”, avalia. Agora, todo o material produzido será analisado pela Secretaria de Aposentados, que irá organizar o trabalho a partir das sugestões apresentadas no Congresso.



Contrariando o senso comum, aposentados enriqueceram a discussão política

FALA TRABALHADOR

Você considera boa a atuação da Cipa no seu local de trabalho?

Fotos: Benedito Maia



Para mim a Cipa passa despercebida. Acho que deveria ter uma participação mais efetiva



Eu considero boa sim. Porque ela é bem vigiada pelos integrantes da

dos trabalhadores na Comissão. Hoje em dia a Cipa está muito mais focada no cumprimento das metas. Eu acredito que ela deveria estar mais focalizada em questões ligadas à segurança. Acho importante o sindicato oferecer cursos que formem o trabalhador, por ser uma entidade não-patronal. Isso pode possibilitar o aprendizado de algumas coisas que ficam despercebidas. Também acho interessante o sindicato oferecer cursos que formem o trabalhador antes dele entrar na Cipa, para que saiba do que se trata quando estiver lá. É importante também a diretoria do sindicato participar das reuniões da Cipa.

Admilton Eduardo, Eletricista de inspeção – DC/SE – Anel Rodoviário

comissão. O desempenho das pessoas que foram eleitas é muito bom. Eles estão sempre atentos e cobrando dos trabalhadores e da empresa a utilização dos equipamentos de proteção individual e coletiva. Os trabalhadores sempre dão atenção ao que os cipistas falam. Eles também cobram da Cemig quando é necessário. A Cipa, conjuntamente com o SGA e o SGI, cobra de todos o cumprimento das normas de segurança. A Cipa se preocupa também com os terceirizados, cobrando das empreiteiras. Acho importante o sindicato realizar cursos de saúde e segurança para os trabalhadores.

Wagner Antônio, Técnico de logística – LI/LA – Jatobá

Trabalhadores da Eletrobrás fecham Acordo Coletivo

No início do mês, os trabalhadores do Grupo Eletrobrás aprovaram a proposta da empresa para o Acordo Coletivo de Trabalho 2007/2008. As conquistas valem para os eletricitários das 14 empresas do Grupo, dentre elas, Furnas. A categoria conquistou reajuste de 5%, incluindo aumento real de 2%, abono de 7,5% da remuneração mais R\$ 1.000,00 fixos, reajuste de 3% nos benefícios e a manutenção da flexibilização da CCE-09 no item de pagamento de dois terços da gratificação de férias sobre a remuneração. A CCE-

09 é uma Resolução do ex-governo FHC que excluiu vários direitos para os trabalhadores admitidos a partir de 1996.

Com o fechamento do ACT nacional, os eletricitários de Furnas e demais empresas do Grupo deram início às negociações da pauta específica. Uma das reivindicações mais importantes para os trabalhadores de Furnas é garantir os enquadramentos, o fim do desvio de função e unificação do índice de correção da tabela salarial do Plano de Cargos, Carreiras e Salários (PCCS).

O coordenador do Coletivo Nacional dos Eletricitários e di-

retor do Sindieleto, Franklin Moreira, lembra que o avanço nas negociações foi possível graças à paralisação com adesão de 95% dos trabalhadores no dia 18 de junho.

Ele acrescenta que outros avanços precisam ser concretizados, como a unificação dos benefícios e o fim da CCE-09. Além disso, a participação dos trabalhadores no Conselho de Administração das empresas do grupo, através de campanha extraordinária no segundo semestre e articulação no Congresso e Ministérios das Minas e Energia e de Planejamento.

Solidariedade aos companheiros da Gasmig

A grande mobilização dos trabalhadores da Cemig cedidos para a Gasmig em Belo Horizonte e Juiz de Fora, com protesto e paralisação das atividades no último dia 9, fez

a direção da empresa se mexer. A Gasmig pediu um prazo de 40 dias para definir a situação dos eletricitários na controlada, que cobram os mesmos direitos dos companheiros da Cemig de enquadramento e fim do desvio de função no PCR. Se não for possível uma solução jurídica, a presidência da Gasmig se comprometeu a discutir caso a caso.

Apesar da sinalização para resolver a situação dos cedidos, os trabalhadores continuam muito atentos, unidos e contando com a solidariedade

dos companheiros na Cemig. Os companheiros solidários fazem questão de usar o adesivo da Campanha “Sou Cemig, sou Gasmig”, e enfatizam que a mobilização é mais que justa. O técnico em química, Henry Charles, destaca que os eletri-

citários cedidos são concursados da Cemig e como tal devem ter os mesmos direitos ao au-

xílio-educação, ao enquadramento no PCR, ao concurso interno e à liberdade de retornar à

Companhia na hora que quiserem. “É uma situação chata, pois a maioria dos trabalhadores foi para a Gasmig porque a diretoria da Cemig solicitou, com muitas promessas de que não perderiam direitos e pode-

riam voltar à empresa quando desejassem”, lembra.

Geraldo Pedro Sobrinho, eletricitista de manutenção, ressalta que os eletricitários cedidos estão sendo tratados com desigualdade. O laboratorista Daniel Mota garante que, se for preciso, se unirá ao grupo da Gasmig para outras atividades de mobilizações. “Acho que falta uma definição rápida para os cedidos da Gasmig, o pessoal não agüenta mais a enrolação”, declara o técnico administrativo, José Antônio Duarte.

Fotos: Regional Metalúrgica



Pessoal que está na Gasmig recebe apoio dos colegas na Cemig

Sindieletro cobra respeito

O coordenador-geral do Sindieletro, Wilian Vagner, avalia que a solução deve ser rápida e com critérios transparentes. “É preciso respeito com os eletricitários cedidos para a Gasmig e garantir todos os seus direitos, inclusive o de decidir pelo retorno à Cemig”, enfatiza.

O diretor do sindicato lotado na Gasmig, Guilherme Aguiar Silveira, ressalta que a união dos trabalhadores cedidos e a

solidariedade dos companheiros da Cemig são os aspectos mais positivos da campanha pela igualdade de direitos.

“O que nos deixa inquietos é a falta de informação e transparência quanto à nossa carreira profissional e o futuro na empresa. Mais uma vez damos um voto de confiança à diretoria da empresa, esperando que a resposta atenda, de fato, às nossas reivindicações”, conclui.

Ações sobre Periculosidade estão chegando ao TST

Desde 2005, o Sindieletro move ações trabalhistas coletivas exigindo que a Cemig pague o adicional de periculosidade com a base de cálculo sobre a remuneração recebida. Agora, as ações estão chegando ao Tribunal Superior do Trabalho, que é onde haverá a grande decisão.

A lei 7.369/85 garante que os eletricitistas e técnicos que trabalham em atividades de risco no sistema elétrico têm direito ao adicional de periculosidade com a base de cálculo em cima da sua remuneração total. A Cemig calcula o adicional sobre o salário-base.

Em 2003, o Tribunal Superior do Trabalho (TST) reiterou essa lei com o enunciado 191. No texto, o TST argumenta que “em relação aos

eletricitários, o cálculo do adicional de periculosidade deverá ser efetuado sobre a totalidade das parcelas de natureza salarial”. A Cemig justifica tal descumprimento argumentando que no Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) está previsto o pagamento do adicional tendo como base a remuneração principal.

Segundo o advogado do Sindieletro, Frederico Guimarães, essa atitude é incorreta. A ratificação feita pelo TST, tem base em normas constitucionais e deveria ser prontamente assimilada. “A natureza do direito ao adicional de periculosidade é norma de ordem pública, ou seja, a Cemig já deveria ter cumprido, sem discussão judicial”, argumenta. Frederico ressalta o avanço foi o aumento dos debates sobre o

tema. “Conseguimos avançar nas discussões jurídicas o que favorece os trabalhadores”, comenta, chamando a atenção para a cobrança feita pelos eletricitários para o cumprimento da lei e do enunciado.

Algumas empresas do setor elétrico já pagam o adicional de periculosidade baseado no salário total que o funcionário recebe. É o caso da Light e de Furnas, empresa energética de abrangência nacional.

O coordenador-geral do Sindieletro, Wilian Vagner, avalia que a Cemig insiste em não negociar uma decisão que mais cedo ou mais tarde terá de ser cumprida. “A Cemig deveria se antecipar e negociar uma solução, não esperar um decisão da Justiça”, argumenta.

Cemig terá de pagar por hora “inintineres”

Os trabalhadores da usina de São Simão, no Triângulo Mineiro, ganharam na Justiça o direito receber pelo deslocamento de casa até o trabalho, a chamada hora “inintinere”. A usina fica afastada da cidade, o que demanda um tempo maior do que o normal no deslocamento.

Em 2005, a Regional Triângulo do Sindieletro ajuizou uma ação para garantir que o direito previsto na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), fosse respeitado. Após mais de dois anos de tramitação, a Justiça deu ganho definitivo aos trabalhadores.

A Cemig tentou recorrer ao Tribunal Superior do Trabalho (TST), mas esse Tribunal entendeu que não cabia mais recurso e manteve a decisão de 2ª Instância.

A empresa agora terá de pagar as horas “inintineres” vencidas a partir de 18 de janeiro de 2000, cinco anos antes do ajuizamento da ação. O diretor do Sindieletro na Regional Triângulo, Francisco Antunes, comemora a decisão. “Ela veio reforçar o que a lei já nos garante. Isso abre jurisprudência para que os trabalhadores questionem sobre seus direitos”, declara.

DIVIDENDOS

DES BALANÇO SOCIAL DA CEMIG 2007

O receituário neoliberal tem sido aplicado à risca na Cemig, fazendo com que uma política de governo se sobreponha à gestão administrativa da maior estatal mineira. No que tange a divisão de seu lucro, a situação não é diferente. A empresa nunca pagou tantos dividendos quanto nos últimos quatro anos, o que, de certa forma, resgata o Acordo de Acionistas, feito em 1997 e anulado por decisão judicial em 1999. Somando as ações do Consórcio Southern e as demais ações de propriedade de estrangeiros, 56,7% dos sócios da Cemig estão no exterior.

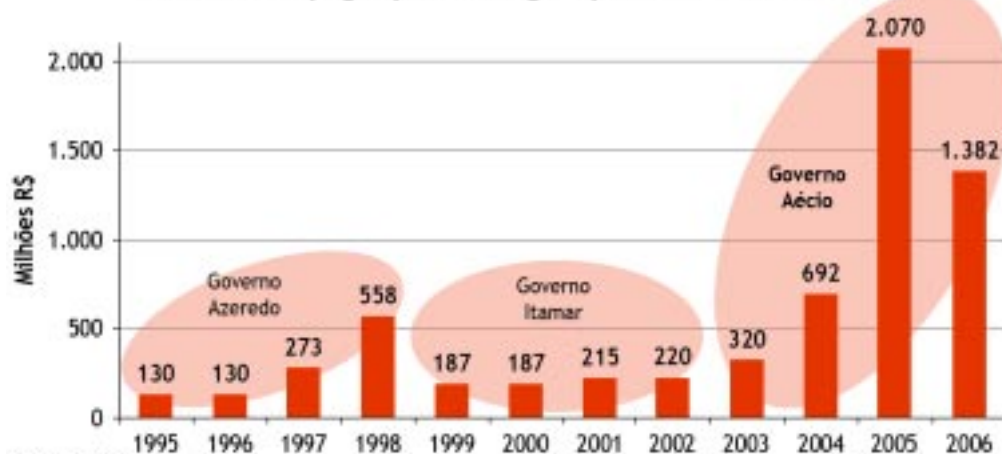
Tendo como parâmetro o Balanço da Cemig, percebe-se que em 2005 a empresa distribuiu aos sócios mais dividendos do que seu lucro líquido. Foram pagos aos acionistas R\$2 bilhões e 70 milhões frente a um lucro de R\$2 bilhões e 3 milhões. No ano passado, o pagamento de dividendos consumiu 80% do lucro total obtido, somando R\$1 bilhão 382 milhões. Nos dois últimos anos, a Cemig distribuiu R\$3 bilhões 452 milhões, o que representa cerca de 92,7% do lucro do período.

Estrutura acionária da Cemig - Dezembro/2006



Fonte: Cemig
Nota: Considerando o total de ações
Elaboração: Subseção Dícese/Sindieletro-MG

Dividendos pagos pela Cemig no período 1995 a 2006



Fonte: Cemig
Elaboração: Sindieletro-MG

Como se vê, a boa performance financeira pela qual passa a Cemig, ao contrário de atender o interesse de muitos – via investimento na melhoria da qualidade dos serviços ou a redução das altas tarifas que hoje penalizam milhões de consumidores mineiros – está atendendo apenas ao interesse financeiro dos acionistas. Não resta dúvida que as mudanças impostas no Estatuto Social em 2004 – que alteraram os critérios da distribuição de dividendos, elevando o montante mínimo distribuído de 25% para 50% do lucro – representa uma enorme sangria de recursos da empresa e do Brasil.



Cineeleto no Anel Rodoviário

Na próxima quinta-feira, às 17h30, os trabalhadores do Anel Rodoviário estão convidados para uma sessão de cinema muito especial. O Sindieletro irá exibir um documentário sobre o filme “Eles não usam black-tie”, que retrata a história das greves no ABC Paulista.

O documentário traz depoimentos da atriz Fernanda Montenegro e dos atores Milton Gonçalves e Gianfrancesco Guarnieri, sobre a produção do filme e a realidade do país na época.

Então, coloque na agenda:
quinta-feira, às 17h30, na garagem ao lado do bar da Janete, tem sessão de cinema!

